



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Pelas vinte horas do décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária, nas instalações da Junta de Freguesia, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PARTIDO SOCIALISTA -----

João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

João António Pereira Calheiros -----

Emanuel dos Santos Loureiro Cardoso -----

PPD/PSD -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Rui Alexandre Leal dos Santos Leitão Marques -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Pedro Afonso de Albuquerque Amaral e Almeida -----

Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias -----

CDS-PP -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

Alexandra do Almurtão Coelho Lourenço Jóia -----

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – PCP-PEV -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, João Pinheiro, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Ponto 1. Período de antes da ordem do dia; -----

Ponto 2. Período de intervenção e esclarecimentos ao público; -----

Ponto 3. Discussão e deliberação sobre a ata do Ato de Instalação e da 1.ª Reunião de funcionamento realizados a 26 de outubro de 2017; -----

Ponto 4. Discussão e deliberação sobre a proposta das Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano de 2018; -----

Ponto 5. Discussão e deliberação sobre a proposta do mapa de pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2018; -----

Ponto 6. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 13/2017 (NOVO MANDATO) – Diretivas de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família; -----

Ponto 7. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 14/2017 (NOVO MANDATO) – Autorização para a repartição de encargos plurianuais. Prolongamento do contrato de aluguer operacional do veículo automóvel ligeiro do tipo furgão de nove lugares da marca Fiat, modelo Ducato Combi 35 2.0 M-Jet; -----

Ponto 8. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 15/2017 (NOVO MANDATO) – Escola de Fado de São Domingos de Benfica – Regulamento e Protocolo a celebrar com Alfredo Cardoso Alves; -----

Ponto 9. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 16/2017 (NOVO MANDATO) – Protocolo de colaboração a celebrar com a UIMP – Associação de Unione Italini Nel Mondo di Portugal; -----

Ponto 10. Discussão e deliberação sobre o protocolo de colaboração celebrado com o Grupo Desportivo e Recreativo do Bairro Dona Leonor; -----

Ponto 11. Discussão e deliberação sobre a 1.ª adenda ao protocolo de colaboração relativo às Atividades de Animação e de Apoio às Famílias e a 1.ª adenda ao protocolo de colaboração relativo à Componente de Apoio à Família celebradas com o Município de Lisboa e o Agrupamento de Escolas das Laranjeiras; -----

Ponto 12. Discussão e deliberação sobre o Contrato-programa a celebrar com a DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, relativo ao ano letivo 2017/2018; -----

Ponto 13. Apreciação da situação laboral da trabalhadora Cristina Fonseca; -----

Ponto 14. Processo de revisão do regimento da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica; -----

Ponto 15. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia. ----

1. Período de antes da ordem do dia -----

Abertas as inscrições para intervenção neste período, toma a palavra **Pedro Amaral e Almeida**, do PSD, que antes de mais, começou por questionar se a Assembleia de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Freguesia estaria a ser convenientemente gravada. Em seguida, perguntou se nos termos regimentais, a Assembleia não deveria deliberar sobre a ata da sessão anterior antes de prosseguir com qualquer outro dos pontos da ordem de trabalhos. -----

O **Presidente da Mesa**, em resposta, esclareceu que tem sido prática começar pelos dois pontos (período de antes da ordem do dia e período aberto à população) que se têm revelado de maior interesse para os cidadãos presentes, por incidirem sobre questões concretas da freguesia e da maior relevância no dia a dia e qualidade de vida dos mesmos. Referiu, no entanto, que esta questão poderá ser ponderada numa eventual revisão ao Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, passou a anunciar os documentos rececionados na Mesa da Assembleia, os quais serão posteriormente apresentados pelos respetivos proponentes e indexados à presente ata. -----

De acordo com as inscrições dos membros da Assembleia para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, toma a palavra **Alexandra Jóia**, do CDS-PP, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do CDS-PP à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

No seguimento da sua intervenção, e atendendo a um desconhecimento geral que ainda subsiste em relação ao corfebol, questionou qual a visão estratégica da Junta de Freguesia para a promoção desta modalidade, e sugeriu utilizar-se a Federação Portuguesa de Ginástica para divulgá-la junto dos cidadãos. Solicitou esclarecimentos adicionais acerca do encerramento e destino a dar às instalações utilizadas para a prática desportiva na Rua Raúl Carapinha. Na área da educação, e tendo o Ministério da Educação retirado trinta minutos à componente letiva, questionou as razões pelas quais a Junta de Freguesia não compensou esse vazio com um incremento das atividades de enriquecimento curricular. Indagou acerca do valor que a Junta de Freguesia paga ao Sport Lisboa e Benfica pela utilização das piscinas. Por fim, chamou a atenção para as várias queixas que se registaram relativamente à organização do Festival das Sopas, sendo que, segundo consta, as sopas terminaram cerca de uma hora após a abertura oficial. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, começando pela questão do encerramento das instalações do ginásio na Rua Raul Carapinha, até ao final do mês de dezembro, e estando prevista a sua adaptação para acolher uma esquadra da PSP, perguntou se o Executivo está em condições de garantir a sua entrada em funcionamento já em janeiro. Registou o facto de o Executivo ter reunido com todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia à exceção do CDS-PP, o que se lamenta, tendo em conta o número de propostas apresentadas pelo CDS-PP no anterior mandato, classificando



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

de redutora uma atitude que assenta sobretudo em diferendos pessoais. Dando as boas vindas aos novos membros da Assembleia de Freguesia, aproveitou para deixar uma palavra de apreço a um homem que considera um autarca de referência que cessou funções no final do pretérito mandato, Pedro Franco, acrescentando identificar-se plenamente com a sua postura de priorizar os cidadãos em detrimento das opções políticas. Atendendo à importância das matérias a serem discutidas e deliberadas na presente Assembleia de Freguesia, apelou a um voto consciente, sobretudo no ponto relativo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018. Relativamente a determinadas declarações que o Presidente da Junta de Freguesia terá produzido junto de elementos do CDS-PP, argumentou que cabe à população, e não ao Executivo, avaliar o comportamento e postura dos eleitos, sendo manifesta a opinião e o reconhecimento dos eleitores sobre o trabalho do CDS-PP, que triplicou o número de eleitos no presente mandato. Saudando a iniciativa da Marcha de São Domingos de Benfica, questionou qual o critério para a atribuição da sua organização a uma associação recentemente criada, presidida por um membro da Bancada do PS. Visando o princípio da transparência, tantas vezes propalado, solicitou esclarecimentos acerca do papel assumido junto do Executivo pelo Arq.º Rui de Carvalho, cujas instruções os funcionários da Junta de Freguesia foram alegadamente instados a cumprir, sendo este apresentado como homem de confiança do Presidente da Junta de Freguesia. Indagou acerca da existência de laços familiares eventualmente desconhecidos entre os elementos da lista do Partido Socialista candidata à Junta de Freguesia e os gestores de entidades que com esta colaboram. Perguntou concretamente quantos funcionários cessaram funções na Junta de Freguesia desde 2013, e questionou as razões pelas quais um funcionário estaria a abordar o proprietário de um Ferrari nas imediações da Junta de Freguesia. Requereu confirmação de informação que apontaria para a realização de uma festa particular em instalações da Junta de Freguesia, no dia 16 de dezembro. Voltando à questão do ginásio, perguntou se está devidamente assegurada pelo Executivo a manutenção de todas as modalidades desportivas, com condições similares para os utentes, ou se estes eventualmente serão onerados nesta matéria. Questionou ainda o ponto de situação da execução do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Laborais Precários (PREVPAP) na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. Assinalou a demora na intervenção no aquecimento na Escola António Nobre. Pediu informações acerca do caso de um menino de cinco anos, que frequenta a Escola Frei Luís de Sousa, e que terá sofrido algumas mazelas físicas. Perguntou se está prevista a substituição do autocarro da Junta de Freguesia, cuja licença termina no final do corrente mês. Deixou uma palavra de saudação ao Presidente da Associação de Moradores do Bairro das Furnas, elogiando o trabalho



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

desenvolvido por toda a estrutura, em especial no contato direto e próximo com a população. Por fim, questionou a referência numa publicação da Junta de Freguesia à manutenção do Museu da Música na Freguesia de São Domingos de Benfica, sendo esta uma decisão que não compete à Junta de Freguesia, mas antes por um acordo estabelecido entre o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e o Metropolitano. Referiu, de acordo com a recomendação apresentada, que urge apurar responsabilidades políticas e jurídicas numa tomada de decisão passível de danificar património singular a nível mundial. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que começou por questionar as razões pelas quais não foi realizada a Assembleia de Freguesia que por Lei é obrigatória no mês de setembro. Havendo informação de que algumas das verbas afetas à iluminação de natal foram canalizadas para projetos de ação social, solicitou esclarecimentos acerca dos projetos que foram desta forma beneficiados. Pediu ainda informações adicionais à Junta de Freguesia sobre o encerramento do Centro Cultural João das Regras, sobre o aproveitamento dos terrenos do antigo quartel, e sobre o plano para plantação de árvores na Rua Conde de Almoester para minimizar os efeitos do ruído. Por fim, indagou qual o conhecimento que o Presidente da Junta de Freguesia terá sobre alegados casos de assédio moral e sexual anonimamente denunciados ao Ministério Público. -----

Em seguida, apresentou os documentos submetidos pela Bancada do Bloco de Esquerda à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata.

Toma a palavra **Helena Barros**, da CDU, que introduziu a sua intervenção sugerindo a realização de próximas sessões da Assembleia de Freguesia num espaço que permita acomodar adequadamente toda a população que deseje comparecer e participar dos trabalhos. Relativamente ao encerramento do Centro Cultural João das Regras, questionou as razões pelas quais os utentes não terão sido devidamente e atempadamente informados desta situação, nomeadamente em setembro, quando procederam à inscrição anual para atividades desportivas diversas. -----

Em seguida, apresentou os documentos submetidos pela Bancada da CDU à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que questionou concretamente o Executivo relativamente às verbas gastas em iluminação de natal em 2016, qual o valor previsto para 2017, e para que iniciativas de ação social foram realocadas estas verbas no presente ano. Relativamente ao Plano de Atividades para 2017, indagou acerca do incumprimento de uma das medidas previstas, de colocação de rede wi-fi nos espaços



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

públicos da freguesia. Perguntou quais os critérios subjacentes à atribuição de cabazes de natal e caixas do bebé pela Junta de Freguesia. Por fim, solidarizou-se com a necessidade de se encontrar um espaço condigno para a realização das Assembleias de Freguesia, que permita acomodar convenientemente a população presente. -----

Findas as intervenções dos membros da Assembleia, o **Presidente da Mesa** cede a palavra a **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que começando por comentar as recomendações propostas pelo CDS-PP, indicou que a questão relacionada com a colocação de uma lombia na Rua das Laranjeiras será reencaminhada para a Câmara Municipal de Lisboa para análise técnica. Quanto à caixa deteriorada, a situação já terá sido identificada e comunicada à PT, responsável por proceder à sua reparação. Quanto à passadeira da Rua Roberto Duarte da Silva, referiu já ter sido pintada. No que diz respeito ao parque de estacionamento junto ao Fonte Nova, tanto o pilarete como o sinal já foram reparados, alertando para o facto de ser uma zona cuja intervenção é da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa. Assinalou a dificuldade de manutenção dos espelhos convexos, constantemente vandalizados, pelo que terá que ser equacionada uma outra solução para assegurar a visibilidade. Respondendo à eleita do Bloco de Esquerda, informou que nos terrenos do antigo quartel será edificada uma urbanização. Por fim, revelou que a questão da plantação de árvores na Rua Conde de Almoester, como medida para minimizar os efeitos do ruído provocado pelas vias rodoviárias e ferroviárias, está a ser analisada pela Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com a REFER e Infraestruturas de Portugal. -----

Toma a palavra **Paulo Silva**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta à eleita Alexandra Jóia, falou sobre a aposta do Executivo na promoção do corfebol, modalidade de cariz inclusivo, visto ser praticada por equipas mistas, sem limitações etárias. Acrescentou que a Junta de Freguesia está totalmente disponível para estabelecer protocolos com a Federação Portuguesa de Ginástica, no âmbito da promoção da prática desportiva. -----

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que esclareceu que o edifício na Rua Raul Carapinha é da propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, estando a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, de acordo com os compromissos assumidos, obrigada a proceder à sua entrega para iniciar o processo de instalação de uma esquadra da PSP, conforme previsto. Sendo um procedimento que não depende da Junta de Freguesia, não poderá o Executivo avançar com os respetivos prazos para a sua execução. Falou sobre o impacto e sucesso do Festival das Sopas, cuja organização, podendo ser otimizada, não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, que apenas contribui com meios logísticos e a cedência do espaço. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Cristina Parente**, Vogal da Junta de Freguesia, que relativamente às questões da educação, e concordando com a recomendação do CDS-PP acerca da exposição de crianças em fotografias, explicou que nas fichas de inscrição na CAF e AAFF existe um campo em que os encarregados de educação poderão autorizar a exibição da imagem da criança. No caso referenciado, no momento em que a Junta de Freguesia tomou conhecimento da queixa de um dos encarregados de educação, a imagem foi imediatamente retirada. Acrescentou que a Junta de Freguesia é tão sensível a estas matérias que recentemente colaborou com a Polícia Judiciária numa ação de sensibilização para os perigos da exposição de fotografias de crianças nos meios públicos. Relativamente à Escola António Nobre, informou que a Junta de Freguesia contactou a empresa responsável pela manutenção do aquecimento assim que reportada a anomalia pelo Agrupamento de Escolas, tendo sido agendada uma intervenção logo para a semana seguinte. Relativamente ao caso reportado na Escola Frei Luís de Sousa, informou que uma mãe teria apresentado uma queixa formal por lesões sofridas pelo filho na aula de karaté. Assim que a Junta de Freguesia teve conhecimento do sucedido, procedeu à imediata suspensão desta aula, até que sejam efetuadas as averiguações e esclarecimentos necessários, sendo que o processo está a seguir os trâmites legais. Por fim, esclareceu que o normativo dimanado do Ministério da Educação refere-se a uma redução do tempo curricular – que incidirá sobre o horário de almoço, por acordo entre o Agrupamento de Escolas e a Associação de Pais – e não às atividades de enriquecimento curricular, sendo salvaguardado o devido acompanhamento das crianças neste período. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em resposta às interpelações de que foi alvo, esclareceu que a suposta festa particular referida mais não foi do que a solicitação de um casal da freguesia para poder celebrar na capela o quinquagésimo aniversário do seu matrimónio, que foi acolhida com toda a naturalidade pela Junta de Freguesia. Relativamente ao autocarro da Junta de Freguesia, indicou que este ainda está em reparação na marca, e mencionou a possibilidade de ser prorrogada a sua licença por mais seis meses. Como alternativa para o transporte de crianças, a Junta de Freguesia estará a ponderar a aquisição ou aluguer de uma nova viatura. Sobre a questão suscitada envolvendo um Ferrari, explicou tratar-se tão somente de um munícipe que teve a amabilidade de permitir que dois funcionários da Junta tirassem uma fotografia junto ao seu veículo. Quanto aos processos legais evocados pela eleita Ana Cortes, absteve-se de proferir qualquer comentário, argumentando existir um departamento jurídico que melhor poderá informar acerca dos trâmites legais dos mesmos. Respondendo ao eleito Miguel Matias, explicitou que a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

rede wi-fi foi instalada com sucesso nos espaços públicos junto ao Califa, no Parque Bensaúde e em Sete Rios. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou uma breve interrupção dos trabalhos para poderem ser fotocopiadas e analisadas as propostas apresentadas pelas diversas Bancadas, uma vez que apenas as propostas do CDS foram divulgadas com antecedência. -----

Findos os esclarecimentos, o **Presidente da Mesa** passou de imediato à votação dos dezasseis documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos, cujos resultados são seguidamente discriminados. -----

1- Voto de Pesar "Pelas vítimas dos incêndios em Portugal" (CDS-PP), aprovado por maioria. 2- Moção "Museu da Música" (CDS-PP), aprovada por maioria. 3- Moção "25 de novembro" (CDS-PP), rejeitada. 4- Recomendação "Lomba na Rua das Laranjeiras" (CDS-PP), rejeitada. 5- Recomendação "Rua Roberto Duarte Silva vs. Passadeira" (CDS-PP), rejeitada. 6- Recomendação "Estimular a população a participar nas Assembleias de Freguesia" (CDS-PP), aprovada por maioria. 7- Recomendação "Parque de estacionamento Fonte Nova vs. Pilarete" (CDS-PP), aprovada por maioria. 8- Recomendação "Parque de estacionamento Fonte Nova vs. Sinal vertical" (CDS-PP), rejeitada. 9- Recomendação "Espelho convexo para trânsito" (CDS-PP), aprovada por maioria. 10- Recomendação "Exposição das crianças nas ferramentas de comunicação" (CDS-PP), aprovada por maioria. 11- Recomendação "Caixa deteriorada" (CDS-PP), rejeitada. 12- Moção "Por um serviço público de transporte do Metropolitano de Lisboa com qualidade" (CDU), aprovada por maioria. 13- Recomendação "Exigir a manutenção dos Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central" (CDU), rejeitada. 14- Moção "Em defesa integral da estação ferroviária de Santa Apolónia, património público da cidade de Lisboa e do país que deve estar ao serviço das populações" (CDU), rejeitada. 15- Voto de Saudação "25 de novembro, dia de luta pelo fim da violência contra as mulheres" (BE), aprovado por maioria. 16- Recomendação "Recomenda à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica a submissão de informação sobre postos de trabalho com vínculos precários" (BE), aprovada por maioria. -----

Findas as votações, tomou a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que apresentou uma declaração de voto em relação ao segundo documento votado, referindo que a Bancada do PS votou contra por se tratar de uma inversão de um dos objetivos de todas as Bancadas da Assembleia, como sendo a manutenção do Museu da Música na Freguesia de São Domingos de Benfica, além da utilização desta temática para atacar politicamente a solução encontrada para preservar tal património nacional. -----

Tomou a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que no âmbito de uma declaração de voto, criticou a posição facciosa do Partido Socialista, relembrando ter votado contra a



[Handwritten signature]

deslocalização do Museu da Música mesmo quando o PSD e o CDS-PP formavam Governo no país, posição coerente com aquela ora adotada, em defesa deste valioso património. -----

Tomou a palavra **Rui Marques**, do PSD, que em relação ao quarto documento votado, apresentou uma declaração de voto, na qual se manifestou por princípio avesso à colocação de lombas – e em especial no local referenciado – por dificultar a movimentação de veículos de emergência. -----

Tomou a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que apresentou uma declaração de voto relativa ao sexto documento em apreciação, indicando que o Partido Socialista sempre estará a favor da mobilização de uma maior participação cívica na vida política e na resolução dos problemas comunitários. -----

Tomou a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que em relação ao sétimo documento, apresentou uma declaração de voto na qual expressou não compreender alguns sentidos de voto, atendendo a que o pilarete e o sinal mencionados estiveram semanas sem ser intervencionados, o que só veio a suceder após a receção da recomendação do CDS-PP. -----

Tomou a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto referente ao oitavo documento em apreço, na qual lamentou a postura míope da Bancada do Partido Socialista naquilo que é a discussão de propostas na Assembleia de Freguesia, lembrando que o Executivo apenas tomou iniciativa nesta matéria após a recomendação do CDS-PP. -----

Tomou a palavra **Helena Barros**, da CDU, que em relação ao décimo documento, apresentou uma declaração de voto, na qual justificou o voto contra a recomendação com o facto de acreditar não ter havido qualquer risco para as crianças, sendo a exposição em contexto escolar devidamente autorizada pelos respetivos encarregados de educação. -----

Tomou a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que declarou que a Bancada do PSD votará contra o décimo segundo documento apresentado e seguintes, por não ter sido dado tempo à Assembleia para analisar devidamente os documentos e consequentemente votar em consciência. -----

Tomou a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que secundando a declaração de voto anterior, referiu não ter sido cumprido o exposto no art.º 19.º, alínea d) do Regimento da Assembleia de Freguesia, por ter sido vedada a possibilidade de interrupção temporária dos trabalhos para análise dos documentos apresentados. -----

2. Período de intervenção e esclarecimentos ao público. -----

O **Presidente da Mesa** abriu as inscrições para o presente período de intervenção do público, tendo-se registado dezanove pedidos: de Graça Guedes, Ana Bravo, João



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Alves, Fátima Simões, Carlos Batista, Acácio Migas, Luís Vaz, José Brioso, Pedro Franco, José Miguel Santos, Conceição Romano, Ana Marques, Cristina Fonseca, Carlos Cardoso, António Joaquim, Ana Tavares, Joana Mendes, Manuel Nascimento e Anabela Lucas. Com a devida autorização do plenário, o **Presidente da Mesa** concedeu três minutos a cada interveniente. -----

Foi dada a palavra à munícipe **Graça Guedes**, que centrou a sua intervenção na utilização do espaço do Centro Cultural João das Regras para a prática desportiva. Tendo os utentes sido surpreendidos, no início do corrente mês, com a informação (por edital afixado) segundo a qual as aulas de ginástica (pilates) seriam interrompidas a 31 de dezembro, questionou quais as alternativas que serão apresentadas pela Junta de Freguesia, além dos motivos pelos quais os utentes – os quais realizaram as suas inscrições no mês de setembro – não foram avisados com maior antecedência. -----

Toma a palavra a munícipe **Ana Bravo**, que começou por manifestar o seu desagrado com o espaço utilizado para a realização da Assembleia de Freguesia, manifestamente insuficiente para acomodar condignamente todos os cidadãos presentes. Como utente do Centro Cultural João das Regras há mais de uma década, e tendo sido igualmente surpreendida com a informação acerca do seu encerramento, declarou que a Junta de Freguesia estará a demitir-se das suas funções de promoção da prática desportiva, impondo alternativas que não vão ao encontro das expectativas dos cidadãos, uma vez que comportam custos que não poderão certamente ser suportados por todos, além das alterações de horários e de acompanhamento que introduzem grandes mudanças nas rotinas dos utentes. Recordou que já em 2015 teria havido uma primeira tentativa (frustrada) de acabar com as aulas de ioga, que conduziu ao abandono de vários utentes. Não obstante o benefício para a freguesia da presença de uma esquadra da PSP, apelou a que seja reconsiderada esta solução, pela incontornável utilidade pública dos serviços atualmente prestados no Centro Cultural João das Regras. -----

Toma a palavra o munícipe **João Alves**, que se apresentando como utente do ginásio do Centro Cultural João das Regras desde 2009, criticou a forma como a Junta de Freguesia comunicou o seu encerramento, lembrando que num passado recente, a atividade de cycling foi interrompida de uma semana para a outra. Por outro lado, como engenheiro civil licenciado pelo Instituto Superior Técnico, expressou as suas dúvidas acerca da instalação de uma esquadra da PSP numa rua sem saída. Deu a conhecer as missivas por si dirigidas à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e respetivas respostas: a 8 de janeiro de 2017, questionando a falta de informação relevante acerca da anunciada instalação da esquadra da PSP no edifício do Centro Cultural e consequente interrupção das atividades desportivas conduzidas no local; resposta da Junta de Freguesia, a 27 de janeiro de 2017, declarando que serão



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

encontradas alternativas para continuar a prestar um serviço de qualidade aos utentes, e que quaisquer desenvolvimentos nesta matéria serão oportunamente anunciados a todos os interessados; nova comunicação do munícipe à Junta de Freguesia, a 23 de novembro de 2017, abordando alegadas posições contraditórias no que ao encerramento do Centro Cultural diz respeito e solicitando uma clarificação da situação, à qual ainda não obteve resposta. Concluindo a sua intervenção, lembrou a responsabilidade da Junta de Freguesia de disponibilizar à população os meios necessários para a prática desportiva, no intuito da promoção da rotinas e hábitos de vida saudáveis. -----

Toma a palavra a munícipe **Fátima Simões**, que começou por identificar algumas anomalias detetadas na colocação dos editais alusivos à realização da presente Assembleia. Perguntou para quando está prevista a substituição do autocarro da Junta de Freguesia, atendendo à sua longevidade. Continuando no tema do ginásio na Rua Raúl Carapinha, questionou quais as alternativas concretas que estão a ser disponibilizadas à população, se estas preveem a utilização de ginásios privados, com custos acrescidos para a população, e se será garantida a manutenção de todas as modalidades atualmente existentes. Em seguida, colocou algumas questões referentes ao estacionamento junto ao Fonte Nova e ao acesso limitado à rede wi-fi em algumas áreas, designadamente no espaço da academia. -----

Toma a palavra o munícipe **Carlos Batista**, que declarou que mais importante do que a instalação de uma esquadra da PSP na Freguesia de São Domingos de Benfica é o efetivo reforço do policiamento nas ruas para dissuadir práticas criminosas. Colocou igualmente em causa as especificidades técnicas do edifício para vir a acolher uma esquadra. Congratulando-se com a atitude do Executivo, que suspendeu a aula de karaté até serem averiguadas todas as questões relativas ao menino que terá aparecido com mazelas, frisou, no entanto, a importância de se adotar uma postura coerente e imparcial em casos semelhantes, sempre que levantadas fortes suspeitas sobre colaboradores ligados à Junta de Freguesia. Em seguida, apelou a que as Assembleias de Freguesia sejam utilizadas para discutir os assuntos que realmente interessam à freguesia e à sua população, deixando para outros fóruns assuntos de caráter municipal e nacional. Relativamente ao estacionamento a ser demarcado pela EMEL na Rua António Nobre, Rua António Feijó e Rua Abel Botelho, indicou que este não contempla espaços para motociclos. No que respeita à higiene urbana, chamou a atenção para o depósito e acúmulo indevido de lixo em várias ruas da freguesia, relembrando que sendo uma competência da Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia tem responsabilidade na identificação e comunicação destas situações. Por fim, solicitou à



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Mesa da Assembleia de Freguesia que lhe seja facultada cópia da ata da sessão ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2017, da qual participou. -----

Toma a palavra o munícipe **Acácio Migas**, que falando em nome de dois fregueses com mobilidade reduzida, chamou a atenção para a necessidade de melhoria das condições de acessibilidade na freguesia. Relativamente ao Festival das Sopas, criticou o facto de a entrada ser paga, argumentando que a atividade da Junta de Freguesia não deveria promover o lucro. Falou sobre a possibilidade de aproveitamento da antiga casa do guarda da Escola 110, que se encontra ao abandono. Por fim, assinalou os gastos da Junta de Freguesia em eventos que considera supérfluos, apontando as graves carências económicas e sociais vivenciadas por alguns dos cidadãos que chegam a ver-se privados de um teto. -----

Toma a palavra o munícipe **Luís Vaz**, que falou sobre os constrangimentos que determinadas obras a decorrer na freguesia têm criado no estacionamento, nomeadamente na Estrada de Benfica, apontando que a falta de limitações horárias em certas zonas tem conduzido a estacionamento abusivo. Questionou os critérios de diferenciação de zonas de estacionamento com características em tudo similares. Relativamente à intervenção efetuada junto ao mercado, opinou que parte do espaço reservado para passeio, pela sua dimensão, poderia perfeitamente ser utilizada para estacionamento, sem colocar em causa a mobilidade dos transeuntes. Sugeriu uma intervenção no estacionamento entre o Largo Conde de Ottolini e a zona do mercado, de modo a ser reorganizado em espinha, facilitando a entrada e saída de viaturas. Por fim, e embora congratulando-se com a justificação nobre dada pela Junta de Freguesia para a não colocação de iluminações de natal, declarou que se exigia alguma coerência e consistência na aplicação desta medida, visto ter sido efetivamente colocada iluminação de natal nos edifícios da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra o munícipe **José Brioso**, que centrando a sua intervenção no plano de implantação de estacionamento pago na zona central da freguesia, defendeu esta solução para aqueles que não residem na freguesia como forma de minimizar os constrangimentos verificados e que se intensificam em determinados locais e horários. Alertou, no entanto, que o não alargamento desta medida a outras áreas da freguesia contribuirá para o congestionamento das zonas de estacionamento não tarifado, pelo que sugeriu a criação de zonas de estacionamento pago até ao Fonte Nova, Estrada de Benfica e Avenida Conselheiro Barjona de Freitas. Concluindo a sua intervenção, afirmou que de acordo com a experiência vivenciada na zona onde mora, o acúmulo indevido de lixo será menos da responsabilidade dos funcionários afetos à higiene urbana do que da falta de civismo dos cidadãos que depositam os seus detritos fora dos contentores posicionados para o efeito. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra o munícipe **Pedro Franco**, que deixou uma saudação ao clube Leões das Furnas, campeão de Lisboa, e às Marchas de São Domingos de Benfica, iniciativa que muito honra e dignifica a freguesia. Agradeceu as palavras do eleito Nuno Brito referentes à sua pessoa, assegurando que continuará atento ao desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia de Freguesia. -----

Toma a palavra o munícipe **José Miguel Santos**, que a respeito do anunciado encerramento do ginásio do Centro Cultural João das Regras, e tendo em conta a manifestação popular em defesa da sua manutenção, questionou o grau de influência da Junta de Freguesia para conseguir, junto das entidades competentes, que as atividades praticadas neste espaço se prolonguem pelo menos até ao final do corrente ano letivo. Concordou igualmente com a declaração segundo a qual aquele não será o local ideal para a instalação de uma esquadra, devido à configuração da rua. -----

Toma a palavra a munícipe **Conceição Romano**, que falou sobre a consideração e o carinho com que tem sido tratada pelos monitores na prática de musculação no ginásio do Centro Cultural João das Regras. Tendo sido confrontada com o seu encerramento, perguntou se as alternativas propostas pela Junta de Freguesia poderão ir ao encontro das reais necessidades e expectativas dos utentes. Alertou também que os pilaretes em pedra consubstanciam um perigoso obstáculo para os cidadãos invisuais, pelo que solicitou a sua substituição por outros. -----

Toma a palavra a munícipe **Ana Marques**, que prosseguindo o assunto referente ao Centro Cultural João das Regras, referiu que a alternativa proposta pela Junta de Freguesia, no que diz respeito à modalidade de boxe, não é de todo aceitável, visto que reduz o número de aulas semanais de três para duas, reduz a duração das mesmas de uma hora e meia para apenas uma hora, impossibilita que as equipas treinem juntas, visto tratar-se de um espaço mais reduzido, e implica num acréscimo de oito euros (8€) na mensalidade até agora suportada pelos utentes. Face ao exposto, declarou que a Junta de Freguesia falhou no seu compromisso de fornecer alternativas em tudo semelhantes à atual oferta desportiva do Centro Cultural, situação que tem provocado enorme insatisfação entre os utentes. -----

Toma a palavra a munícipe **Cristina Fonseca**, que apresentando-se como funcionária da Junta de Freguesia há vinte e sete anos, interpelou diretamente a Vogal Cristina Valério, perguntando o que faria se lhe fosse cortado o vencimento e tivesse que sustentar uma filha e uma casa com apenas quinhentos euros (500€) mensais. -----

Toma a palavra o munícipe **Carlos Cardoso**, que no papel de Presidente da Associação de Moradores do Bairro das Furnas, agradeceu os elogios dirigidos pelo eleito Nuno Brito. Agradecendo a disponibilidade de todos os eleitos para exercer a sua cidadania em representação dos cidadãos que os elegeram, expressou votos de estreitamento de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

relações entre a Associação de Moradores do Bairro das Furnas e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, numa parceria dinâmica e construtiva em prol do desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população do bairro. Tendo a Associação de Moradores tomado conhecimento tardio de que a EMEL irá implementar zonas de estacionamento de duração limitada no Bairro das Furnas, solicitou esclarecimentos junto da Federação das Associações de Moradores e requereu à Junta de Freguesia o agendamento de uma reunião, a qual terá sido marcada para a presente data com apenas um dia útil de antecedência. Não havendo disponibilidade de agenda de todos os intervenientes, indagou se haveria possibilidade de se agendar uma nova data, ou se a Junta de Freguesia estaria disponível para prestar os esclarecimentos necessários à Associação de Moradores e à população em sede de Assembleia de Freguesia, tendo em conta que a EMEL já estará a proceder à marcação do pavimento. Toma a palavra o munícipe **António Joaquim**, que abordou aquilo que considera ser casos de discriminação no acesso a atividades desportivas na freguesia. Questionou ainda a retirada do vidrão que se encontrava na sua rua, que tem resultado na deposição indevida de garrafas e outros utensílios de vidro. Falou ainda sobre uma suposta carta que terá sido posta a circular, com referências a responsáveis da Junta de Freguesia, negando que esta seja da sua autoria. Afirmou ter interposto uma ação judicial contra a Junta de Freguesia, por sentir que a sua família tem sido alvo de discriminação e perseguição. Por fim, questionou qual o prazo legal para resposta por parte do Presidente da Junta de Freguesia a uma reclamação devidamente registada em livro de reclamações, a qual já terá sido inclusivamente encaminhada para o Provedor de Justiça. -----

Toma a palavra a munícipe **Ana Tavares**, que no âmbito do pelouro da educação, enalteceu o trabalho incansável das assistentes operacionais nos Agrupamentos de Escolas, não deixando de frisar a importância de reforçar o número de assistentes operacionais na EB 2/3 Delfim Santos. Chamou igualmente a atenção para a necessidade de investir em material informático nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico. Por fim, na sequência de um aviso segundo o qual não haverá aulas na EB 2/3 Delfim Santos da parte da tarde por causa de um jogo do Sport Lisboa e Benfica, perguntou se este será motivo suficiente e válido para interferir no normal funcionamento letivo. -----

Toma a palavra a munícipe **Joana Mendes**, que reportou situação vivenciada na Praça Rodrigues dos Santos, e que aponta para alguma deficiência na limpeza e recolha dos contentores, aparentemente da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa. Solicitou atenção urgente para esta questão, sendo esta uma praça muito movimentada e uma entrada para a freguesia e para a cidade de Lisboa. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra o munícipe **Manuel Nascimento**, que relativamente ao encerramento do Centro Cultural João das Regras, recordou que o direito ao acesso à prática desportiva está consagrado nos direitos, liberdades e garantias da Constituição da República Portuguesa, cabendo às instituições públicas promover e facilitar este mesmo acesso, de modo equitativo e justo entre todos os cidadãos. Argumentou que tal pressuposto não estará a ser devidamente cumprido pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, que ainda não apresentou alternativas viáveis e plausíveis ao referido encerramento. Neste sentido, questionou qual o prazo previsto para o início da intervenção de adaptação do edifício. No âmbito dos protocolos de cooperação celebrados com ginásios particulares, e tendo em atenção que estes não se revelam uma mais valia para os utilizadores, que se veem confrontados com um aumento na fatura a pagar, perguntou qual o grau de predisposição da Junta de Freguesia para realmente contribuir para facilitar o acesso a atividades desportivas junto dos seus fregueses. Lamentou que os utilizadores do espaço não tenham sido avisados com mais antecedência e de uma forma mais condigna, numa atitude que revelou profunda desconsideração por parte da Junta de Freguesia. Por fim, e atendendo a que alguns utilizadores terão realizado e pago uma inscrição anual, perguntou de que forma serão ressarcidos pelo facto de não estarem a usufruir do serviço contratualizado. -----

Toma a palavra a munícipe **Anabela Lucas**, que questionou por que razão os comerciantes e moradores da freguesia, que pagam os seus impostos, não tiveram direito a iluminação de natal, quando independentemente dos motivos evocados, os edifícios da Junta de Freguesia foram decorados com iluminações de natal. -----

Concluídas as intervenções dos fregueses, o **Presidente da Mesa** passou a palavra ao Executivo da Junta de Freguesia, para resposta às questões colocadas. -----

Toma a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que em resposta às interpelações dos munícipes, garantiu que os pilaretes de pedra no Bairro das Furnas serão substituídos. Respondendo ao munícipe Carlos Cardoso, esclareceu que a reunião com a Federação das Associações de Moradores foi agendada para o dia 20 de dezembro (quarta-feira), pelas dez horas, na sede da Junta de Freguesia, e não para dia 18 como referenciado. Acrescentou que por indisponibilidade do representante da Federação, que se encontra fora do país, a reunião apenas poderá ser reagendada para uma data posterior ao dia 22 de dezembro. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, Vogal da Junta de Freguesia, que começou por clarificar que a gestão da Escola Delfim Santos não se encontra sob a alçada da Junta de Freguesia, cujas responsabilidades incidem apenas sobre as escolas do 1.º ciclo. Acrescentou que mesmo nesses estabelecimentos escolares, a aquisição de equipamentos informáticos é da competência do Ministério da Educação. Frisou, porém,



que embora a Junta de Freguesia não tenha competências nessa matéria, tem pugnado pelo apetrechamento das salas de aula com os equipamentos indispensáveis a um ensino de qualidade através dos meios ao seu dispor, como o Orçamento Participativo. Relativamente ao munícipe que declarou sentir-se perseguido e discriminado, salientou que não cabe à Junta de Freguesia interditar o acesso ao estabelecimento escolar, sendo esta uma decisão do próprio Agrupamento, quando são reiteradamente adotados comportamentos que não sejam os mais adequados ao espaço em questão. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta**, que introduzindo a sua intervenção de resposta, indagou quais os meios legais à sua disposição para se defender das acusações de que foi alvo em intervenções produzidas em sede de Assembleia de Freguesia. Relativamente ao assunto do ginásio, e admitindo que possa ter havido alguma deficiência na comunicação com os utentes, declarou já terem sido encontradas alternativas viáveis para a continuidade de todas as modalidades atualmente praticadas, à exceção do boxe, que suscita outras questões pertinentes. Reforçou que a decisão de adaptação do edifício para acolher uma esquadra da PSP, da qual os utentes já teriam conhecimento prévio, é alheia à Junta de Freguesia. Relativamente à limpeza e higiene urbana, explicou que mesmo não sendo uma competência da Junta de Freguesia, esta não raro se substitui à Câmara Municipal de Lisboa, atuando nas situações mais prementes identificadas, não tendo, porém, os meios necessários para dar uma resposta cabal em toda a freguesia. Nesse sentido, a Junta de Freguesia já terá interpelado a Câmara Municipal de Lisboa no sentido de lhe serem disponibilizados os recursos logísticos indispensáveis à realização de uma limpeza mais eficiente, estando a Câmara Municipal a ponderar esta possibilidade. ----

3. Discussão e deliberação sobre a ata do Ato de Instalação e da 1.ª Reunião de funcionamento realizados a 26 de outubro de 2017. -----

Toma a palavra **Pedro Amaral e Almeida**, do PSD, que como ponto prévio, lamentou que aos membros da Assembleia de Freguesia seja vedada a possibilidade de resposta às intervenções dos munícipes. Relativamente ao ponto em apreço, revelou ser entendimento da Bancada do PSD, por uma questão de equidade, que das atas deveriam constar as transcrições integrais de todas as intervenções proferidas. -----

O **Presidente da Mesa**, em resposta, declarou que irá certificar-se de que as transcrições em ata reflitam claramente o sentido das intervenções na Assembleia de Freguesia. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a ata do Ato de Instalação e da 1.ª Reunião de funcionamento, realizados a 26 de outubro de 2017, aprovada por unanimidade. -----



4. Discussão e deliberação sobre a proposta das Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano de 2018. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 têm por objetivo a continuação da implementação das propostas e cumprimento dos compromissos assumidos com os eleitores, sufragados nas últimas eleições autárquicas, elaborados de forma realista e rigorosa, e procurando dar uma resposta eficaz às necessidades mais prementes da população. O Orçamento para 2018 ascende a 5.900.000€, acrescido do saldo de gerência de 2017 a ser incorporado após a aprovação das contas, em abril de 2018, e permitirá executar as ações e iniciativas elencadas no Plano de Atividades. Passando a uma análise dos grandes números do Orçamento, no que diz respeito à receita, cerca de 4.000.000€ (70% do Orçamento) provêm de transferências correntes do Orçamento de Estado. Relativamente à despesa, enumerou os pelouros com maior peso no Orçamento, como o espaço público e mobilidade (35%), administração geral, educação e higiene urbana. Discriminou despesas correntes e despesas de capital nas diversas funções orgânicas, destacando-se as despesas com pessoal (com um peso de 37% no Orçamento global), aquisição de bens e serviços (32%) e aquisição de bens (29%). Concluindo a sua intervenção, declarou que o Orçamento para 2018 prima pela sistemática e continua aposta na prossecução dos objetivos estratégicos, assente numa gestão criteriosa, rigorosa e responsável dos meios financeiros à disposição da Junta de Freguesia. -----

Aberta a discussão deste ponto, toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que declarou que a sua Bancada votará contra os documentos previsionais, visto tratar-se de um Orçamento pobre na sua execução técnica, com demasiadas rubricas relevantes pouco claras na sua descrição, sem qualquer capacidade de geração de receitas e que deixará antever aquilo que aparenta ser falta de liquidez financeira da Junta de Freguesia, conclusão baseada, entre outros, na redução do programa das férias escolares e no pedido feito aos encarregados de educação, nas férias letivas do natal, para pagamento antecipado dos dias em que as crianças iriam frequentar as atividades da CAF. Neste sentido, solicitou um esclarecimento concreto relativamente às verbas orçamentadas na área da educação, cujos números parecem apresentar algumas discrepâncias. Voltando à temática do ginásio, lamentou a insensibilidade com que o Executivo lidou com este assunto, visto que o seu encerramento se prende sobretudo com questões financeiras, ignorando-se por completo as necessidades dos utentes e os laços afetivos naturalmente criados com a prática desportiva, o que leva o CDS-PP a ponderar propor avançar-se com uma sindicância, procedimento administrativo aplicado quando existe uma suspeição sobre o que configure ser uma transgressão ou desvio de conduta. Por



fim, destacou a tomada de posição do Presidente da Junta de Freguesia em relação à Praça General Humberto Delgado e à manutenção do Museu da Música, reveladora de honestidade intelectual e ilustrativa de um bom serviço prestado aos fregueses. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que solicitou esclarecimentos relativamente à reconversão da Loja Itinerante Social numa Unidade de Saúde de Proximidade, não sendo claros nos documentos em apreço os objetivos e benefícios desta medida, nem se esta foi devidamente estudada e articulada com os parceiros sociais da cidade de Lisboa – como a Santa Casa da Misericórdia – no que se refere à utilização de outras unidades móveis já existentes, de modo a evitar uma duplicação desnecessária. Mais perguntou que serviços serão disponibilizados à população nesta Unidade de Saúde de Proximidade, se estes não estarão já a ser prestados em outras unidades de saúde da freguesia, nomeadamente no que diz respeito a serviços de enfermagem e apoio ao domicílio, e se eventualmente foi equacionada outra finalidade para este veículo móvel, como um apoio mais próximo ao Bairro do Calhau, cuja população se encontra em situação de isolamento e carência de bens e serviços primários. Questionou ainda quais os custos que esta medida terá para os fregueses, frisando tratarem-se de verbas que por esta via deixam de ser canalizadas para colmatar outras necessidades sociais prioritárias, como a promoção do envelhecimento ativo da população, a título de exemplo. Indagou acerca da evolução do Praia Campo no que concerne à oferta, número de inscrições e real capacidade de resposta às mesmas. Sublinhou que o apoio à natalidade não pode esgotar-se numa simples caixa do bebé, mas deve consubstanciar-se num apoio efetivo aos pais no dia a dia. Por fim, havendo registo de apenas oito intervenções realizadas nos últimos seis meses no âmbito do projeto SOS Reparações, questionou se o mesmo estará a ser convenientemente divulgado e se os critérios de acesso a este serviço não poderão estar de alguma forma desadequados, propondo-se a sua revisão e alteração, se necessário. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que começou por lamentar não lhe ter sido dada uma resposta concreta à questão relativa às iluminações de natal, no que se refere ao destino dado às verbas que originalmente estavam previstas para esta área, bem como sobre os critérios de atribuição dos cabazes de natal e das caixas do bebé. Relativamente à cobertura da rede wi-fi, fez notar que a mera referência a três locais da freguesia não é suficiente para alcançar os objetivos propostos nas Grandes Opções do Plano, de ser a primeira freguesia portuguesa globalmente ligada à internet sem fios, com acesso gratuito à internet em todo o espaço público. Assinalou ainda alguns lapsos nas referências temporais dos documentos previsionais, sendo que alguns projetos se reportam a anos anteriores, o que revela manifesta desatenção na elaboração e revisão dos mesmos. Passando para uma análise ao Orçamento, chamou a atenção para um



substancial aumento (250.000€) nos encargos com pessoal, que são posteriormente refletidos numa redução da orçamentação de rubricas como desporto e associativismo, ação social, materiais para educação, cultura e recreio, formação ou publicidade, que perdem relevância em anos em que não ocorrem eleições. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do BE, que começou por perguntar se o *call center* referenciado nas Grandes Opções do Plano funcionará vinte e quatro horas por dia. Solicitou informações adicionais sobre os critérios de atribuição do fundo de emergência social, sobre o funcionamento do transporte de comunidade e sobre o plano de reabilitação da Estrada da Luz. No que diz respeito às refeições servidas nos estabelecimentos escolares, sugeriu que estas possam ser confeccionadas nas próprias escolas, com recurso a produtos frescos oriundos dos mercados municipais. Sobre o Orçamento, pediu esclarecimentos sobre as rubricas relativas a despesas de investimento de bens do domínio público (administração geral, equipamentos e comunicação), impostos diversos, outros trabalhos especializados, material de consumo hoteleiro e aluguer de módulos, além de algumas outras rubricas discriminadas com a expressão "outros", tornando vago o seu objetivo. Por fim, questionou quais os montantes de investimento previstos para a reabilitação do mercado e para o polidesportivo, uma vez que tal informação não é explícita no Plano Plurianual de Investimentos. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que perguntou se a Junta de Freguesia estará em condições de retificar os erros identificados pelo eleito Miguel Matias nos documentos previsionais, visto que estes condicionam a votação dos mesmos e consequentemente toda a condução dos trabalhos da presente Assembleia. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que declarou que será produzida uma errata retificando os lapsos detetados nos documentos previsionais, de modo a que estes possam ser votados na presente sessão. Relativamente à intervenção do eleito Nuno Brito, explicou que alguns dos valores referentes a protocolos com a Câmara Municipal ainda estão sujeitos a revisão e atualização, existindo um défice nas verbas transferidas em algumas áreas, como por exemplo, na confeção de refeições quentes nos estabelecimentos escolares. Informou que o modelo do Praia Campo será repensado, com a eventual introdução de escalões conforme os rendimentos das famílias, sem limitação de inscrições. Explicou que o pedido para o pagamento antecipado das atividades junto dos encarregados de educação ficou a dever-se à obrigatoriedade de não existência de dívida aquando da respetiva inscrição nessas mesmas atividades. Respondendo à eleita Ana Sofia Branco, clarificou que a criação da unidade de saúde de proximidade contribuirá para uma cobertura efetiva de toda a freguesia no que diz respeito à prestação de cuidados de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

saúde, além de conferir uma nova dinâmica à Loja Social Itinerante. Informou que o projeto SOS Reparações será alvo de uma forte campanha de divulgação por parte da Junta de Freguesia. Passando para as interpelações do eleito Miguel Matias, referiu ser objetivo manifesto da Junta de Freguesia estender a rede wi-fi a toda a freguesia. Esclareceu acerca dos critérios definidos para a atribuição de caixas do bebé, maioritariamente relacionados com os rendimentos familiares. Acrescentou que esta medida será ampliada a todas as famílias, como forma de incentivo à natalidade. Relativamente ao aumento dos custos com pessoal, explicou ser justificado com o recurso a prestações de serviços e avenças para colmatar as carências do Quadro de Pessoal da Junta de Freguesia naquilo que são as atividades e iniciativas que esta se propõe implementar. Respondendo à eleita Ana Cortes, referiu que o *call center* não irá funcionar vinte e quatro horas por dia, visto que tal seria demasiado oneroso para a Junta de Freguesia. Sobre as refeições, frisou que as mesmas são confeccionadas no refeitório da Escola das Laranjeiras, por colaboradores avençados ao serviço da Junta de Freguesia, e posteriormente distribuídas por todos os estabelecimentos escolares. Em relação ao Orçamento, explicou que as despesas de investimento mencionadas se prendem com a Casa da Cidadania a ser criada na Estrada de Benfica. Quanto aos módulos referidos na rubrica da higiene urbana, servem estes para albergar os funcionários, face à deficitária capacidade das instalações existentes. Por fim, explicou que as rubricas referentes a trabalhos especializados dizem respeito a todos os trabalhos cuja execução depende de recursos humanos externos aos quadros da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que não tendo obtido respostas concretas, uma vez mais perguntou se o Orçamento para 2018 contempla verbas para iluminação de natal e qual o valor gasto nesta vertente em 2016, e se a caixa do bebé passará a ser atribuída a todas as famílias, e em caso afirmativo, qual a verba que se prevê despende com este projeto. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Cortes**, do Bloco de Esquerda, que questionou quais as verbas que serão canalizadas para a revitalização do mercado e para investimento no polidesportivo. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que explicou que a questão do polidesportivo está dependente de um protocolo de delegação de competências a celebrar com a Câmara Municipal de Lisboa. Quanto ao mercado, referiu que as obras têm um custo estimado de 300.000€, sendo que as iniciativas para a sua revitalização e dinamização, colocadas numa outra rubrica, ainda não têm uma verba definida. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que lembrou ter o Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Municipal negado publicamente que venha a ser transferida qualquer verba para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica para investimento no polidesportivo, pelo que solicitou esclarecimentos sobre esta matéria. -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que respondendo ao eleito Miguel Matias, referiu terem sido despendidos cerca de 40.000€ em iluminações de natal no ano de 2016. Quanto aos custos de implementação da unidade de proximidade, informou que estes serão ainda apurados e eventualmente reforçados com a inclusão do saldo de gerência de 2017. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que pela terceira vez questionou se o Orçamento para 2018 contempla verbas para iluminação de natal. Por outro lado, estranhou que o Plano Plurianual de Investimentos apenas contenha informação relativa a um único ano (2018), aproveitando para perguntar a que se destina a verba alocada em rubrica denominada "construções no território". -----

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que referiu que as verbas relativas a iluminação de natal serão alocadas ao Orçamento para 2018 aquando de uma eventual revisão orçamental. Quanto à rubrica "construções no território", que conta com cerca de 1.200.000€, explicou tratar-se de despesas de investimento na reabilitação de vários locais da freguesia, de acordo com protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que informou ter sido rececionada na Mesa da Assembleia uma errata proveniente da Junta de Freguesia, corrigindo os lapsos temporais detetados nos documentos previsionais. -----

Toma a palavra **Luís Neto**, do CDS-PP, que alertou para o facto de subsistirem erros de concordância entre as datas corrigidas pelo Executivo e os dias da semana a que correspondem, pelo que sugeriu uma revisão mais detalhada das tabelas apresentadas.

Toma a palavra **Francisco Encarnação**, Vogal da Junta de Freguesia, que explicou tratar-se de um erro de *copy / paste* facilmente corrigível. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que face à extensão e natureza das desconformidades evidenciadas nos documentos, questionou se a Junta de Freguesia pretende retirá-los para proceder à sua correção, ou se pretende mesmo assim submetê-los a votação. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta**, que apresentando as suas desculpas à Assembleia pelos lapsos constantes dos documentos submetidos à apreciação, remeteu para o plenário a decisão sobre a possibilidade de estes serem votados na presente sessão, mediante o compromisso de posteriormente os erros detetados serem devidamente corrigidos e os documentos retificados serem novamente enviados aos membros da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que face ao exposto, bem como à extensão da ordem de trabalhos, propôs o agendamento de uma Assembleia Extraordinária, adiando-se a deliberação sobre este ponto. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que secundou a proposta do eleito do CDS-PP, defendendo a interrupção da presente sessão. -----

O **Presidente da Mesa**, ouvidas todas as intervenções, declarou ser direito de qualquer eleito local poder deliberar sobre os assuntos com um razoável esclarecimento sobre os mesmos. Entendendo não estarem reunidas condições para o cabal esclarecimento e consequente deliberação em consciência de um ponto de tão grande importância por comprometer a execução financeira da autarquia, propôs a retirada deste ponto para devida correção dos documentos apresentados, para que posteriormente voltem a ser submetidos à deliberação da Assembleia, em reunião a ser agendada de acordo com as normas legais e regimentais. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posta a votação a proposta apresentada pelo **Presidente da Mesa**, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de se proceder à suspensão dos trabalhos, e de acordo com o voto de pesar anteriormente aprovado, foi guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas dos incêndios que assolaram o país. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** suspendeu a presente sessão, cujos trabalhos serão retomados em data a agendar. ---

O 1º Secretário

Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2ª Secretária

Deldina Filomena Fontes Barroso



Voto de Pesar - 1

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2017

“Pelas vítimas dos incêndios em Portugal”

"Fustigados pela tragédia, os portugueses uniram-se na luta contra a calamidade e, lado a lado, combateram os fogos com coragem e entrega total".

"Neste momento de dor e consternação, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica exprime pesar e endereça sentidas condolências às vítimas e famílias e quer homenagear os homens e mulheres heroicos que combateram o fogo, expressando solidariedade para com todos aqueles que foram afetados por esta tragédia.

" Portugal foi assolado por fogos florestais fatídicos", com mais de 443 fogos a deflagrarem no norte e sul do país no dia 15 de outubro, "tornando este dia num dos mais negros e trágicos da história recente do nosso País.

Os mais de 100 mortos, as várias dezenas de feridos e a "perda inestimável de um vasto patrimonial florestal" causados pelos fogos que destruíram ainda inúmeras casas e edifícios fabris e agrícolas.

Os fogos obrigaram a evacuar localidades, a realojar as populações e a cortar o trânsito em dezenas de estradas, sobretudo nas regiões Norte e Centro.

Propõe-se então, que seja respeitado um minuto de silêncio, antes do final da sessão trabalhos da atual Assembleia, em respeito e em memória das 109 vítimas mortais diretas resultantes dos incêndios ocorridos, no corrente ano.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

Aprovado por maioria



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE SAUDAÇÃO - 2

25 DE NOVEMBRO, DIA DA LUTA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Comemorou-se no dia 25 de novembro o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, data instituída pela ONU desde 1999 para mobilizar a sociedade em todo o mundo contra esse flagelo. A data foi escolhida para homenagear as três irmãs Mirabal, activistas na luta contra o ditador Trujillo da República Dominicana, mortas nesse dia no ano de 1960.

Em Portugal, desde 2004 e até final de 2017, o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), um projecto que a UMAR iniciou em 2004, contabilizou 454 mulheres mortas às mãos dos seus companheiros, ex-companheiros ou familiares e 534 tentativas de homicídio. Nestes relatórios da UMAR, quer nos casos consumados, quer nas tentativas de homicídio, surge em evidência um historial de presença de violência doméstica na relação de conjugalidade ou de intimidade entre a vítima e o agressor.

A nível internacional os números dizem que uma em cada três já foi ou será vítima de algum tipo de violência. São conhecidas experiências que mostram como as pessoas fingem desconhecer, tapam os olhos, evitam encarar e denunciar situações de violência que estão logo ali na casa ao lado, na rua por onde circulamos, dentro do elevador.

Temos que “meter a colher”, ser definitivamente intolerantes para com a violência. Mesmo que não nos afecte, intervir, denunciar, apoiar e lutar pela erradicação da violência são deveres da cidadania e de uma sociedade decente.

A frieza dos números tem de ter uma tradução nas consciências de que são pessoas que foram maltratadas e a algumas foi mesmo retirado o direito básico a viver. Sabemos que o aumento das participações corresponde a uma maior consciência dos direitos que levaram a que alguém deixasse de ter vergonha, que alguém decidisse intervir, que alguém deixasse o silêncio e pedisse ajuda.

Sabemos que o facto de haver mais participações não significa que agora há mais violência do que antes. Agora há mais consciência dos direitos, as campanhas e as organizações de direitos das mulheres têm feito um caminho, mas é impossível que esta constatação nos satisfaça. Uma que seja é uma vida que foi abusivamente retirada.

A violência contra as mulheres é um problema de poder, de justiça, de igualdade, de educação, de segurança e deriva de uma discriminação de género que está na base da sociedade sexista e desigual em que vivemos. Quando lemos as notícias, é recorrente surgir o ciúme, as atitudes possessivas, o controlo, a incapacidade de lidar com o sentimento de perda como “explicações” para os assassinatos de mulheres. Há que desfazer mitos e narrativas que tentam explicar e desculpabilizar este crime como o álcool ou a crise. Não negamos que a crise seja potenciadora de atitudes de frustração, depressão e revolta, mas não é determinante nem pode ser desculpa para a consumação de crimes.

Temos leis. Temos planos contra a violência de género. Mas a lei não basta; por isso, os membros da sociedade têm que intervir, denunciar e não fechar os olhos. A prevenção é fundamental, todas as campanhas, e meios que eduquem para o respeito, a não discriminação têm de ser constantes e eficazes. A justiça tem que ser rápida e tem que dar sinais claros de que protege as vítimas e pune os agressores.

A Assembleia de Freguesia de SDB, reunida em 18 de dezembro de 2017, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

Aprovado por maioria

1. Saudar as milhares de mulheres e homens que marcharam no dia 25 de novembro em Lisboa, e no resto do país, pelo fim da violência contra as mulheres e reitera o compromisso pelo fim da violência e a favor da igualdade de género.

Lisboa, 18 de dezembro de 2017

Pelo/a representante do Bloco de Esquerda,



Moção — 1

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2017

“Museu da Música”

Instalado provisoriamente desde 1994 nas instalações da Estação do Alto dos Moinhos na freguesia de São Domingos de Benfica, cedidas através de mecenato pelo Metropolitano de Lisboa, o Museu da Música presta um contributo impar à cultura Portuguesa.

O museu desenvolve serviços e actividades, destacamos uma oficina de investigação, conservação e restauro de instrumentos musicais; um serviço educativo destinado a alunos e professores que através de actividades pedagógicas, permite o contacto com o mundo da música e dos instrumentos musicais; exposições permanentes; concertos musicais; documentos, livros, monografias, publicações periódicas, partituras e espólios como o de Alfredo Keil ou Tomás Alcaide, entre outros; mais de 9000 mil fonogramas, dos 78 rpm aos actuais CD's, com destaque para os 400 rolos de Pianola; inúmera iconografia musical em desenho, escultura, pintura, fotografia, cerâmica, etc.; e, finalmente a *pièce de résistance* : «cerca de 1000 instrumentos musicais dos séculos XVI a XX, sobretudo europeus, mas também africanos e asiáticos», de tradição erudita e popular [...] grande parte proveniente das antigas colecções de Michelangelo Lambertini, Alfredo Keil e Carvalho Monteiro.

Do vasto espólio do Museu da Música fazem parte “instrumentos raros e de incalculável valor histórico e organológico sendo particularmente notável pela quantidade e qualidade de instrumentos de fatura portuguesa, espécimes pouco abundantes em museus congéneres.”

Perder um equipamento cultural e um acervo desta qualidade é lastimoso para toda a cidade de Lisboa. Para a comunidade científica e escolar, para os amantes da música e para o turismo, tal situação merece o nosso inconformismo.

Assim, o CDS-PP, grupo político com assento nesta Assembleia de Freguesia,, reunida a 18 de Dezembro de 2017 que aos membros desta Assembleia, se propõem a tudo fazer, a responder com força e determinação, empenho e sentido de responsabilidade política, aprove esta moção com o intuito de responsabilizar o Ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes por má decisão política com base nos seguintes elementos factuais:

- A decisão de deslocar o Museu da Música para Mafra nomeadamente para o Palácio Nacional é uma decisão que não respeita o acordo estabelecido entre a família supracitada e a Câmara Municipal de Lisboa à qual o espólio foi doado.
- Elevado custo do meio de transporte adequado do espólio de Lisboa para Mafra (milhões de euros).
- Decisão meramente política. Ausência de projecto sustentado para a mudança do Museu. Ausência de declaração oficial e expositiva das condições que o Palácio de Mafra irá contemplar, na protecção e preservação do espólio do Museu da Música.

Citando o Dr. Mário Pereira, actual Director do Palácio de Mafra “ Primeiramente foi tomada uma decisão política, agora estudam os melhores processos para viabilizar esta transferência.”

- O Conselho do Metropolitano de Lisboa, não se opõe à manutenção do Museu da Música nas suas instalações.
- Comprovada deterioração dos instrumentos musicais apenas pela mudança de ambiente. Os instrumentos estão adaptados ao meio onde se encontram depositados á mais de vinte (20) anos inclusive às vibrações provocadas pelo metro. Segue em anexo o texto integral no seguinte link, que é o site do Concílio Internacional dos Museus e que tem o endereço do CIMCIM, especificamente para os Instrumentos Musicais:

<http://network.icom.museum/cimcim/resources/the-care-of-historic-musical-instruments-full-text/> . Mais, a obra de referência para as condições de ambientação e mudança dos instrumentos musicais “*Barclay, Robert L. The Care of Historic Musical Instruments, CIMCIM, Edinburgh, 1997*”.

Apresentados os factos, confirma-se que a decisão não foi decidida com base num projecto sustentado onde seja demonstrada a credibilidade e responsabilidade da mesma decisão. Assim como da “conivência” política do actual Presidente da Câmara de Lisboa – Dr. Fernando Medina.

Exigem-se todas as responsabilidades políticas e jurídicas por transferir o actual Museu da Música sem existir um projecto alternativo sustentado academicamente de forma científica, colocando em causa a preservação de um espólio único no Mundo e pertence da cidade de Lisboa – de todos nós.

Assim sendo proponho remeter a presente Moção:

- Presidentes dos Grupos Parlamentares;
- Presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública;
- Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local;
- Secretário de Estado da Cultura;
- Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa;
- Presidente do Tribunal de Contas;
- Órgãos de comunicação social;

A péssima decisão governamental, de partilhar o espólio do Museu da Música entre o Palácio da Foz e o Palácio de Maфра não nos surpreende. É uma solução pouco credível e com efeitos nefastos para o actual espólio do Museu da Música. Sugiro que solicitem a opinião de uma instituição internacional creditada para o efeito.

O CDS-PP é contra esta tomada de decisão por acreditar não ser a melhor opção para a Cidade de Lisboa, porque viola o desejo da Família Lambertini que ofereceu o espólio à Cidade.

Passamos a expor a nossa posição que remonta ao XIX Governo Constitucional de Portugal:

1- Em Março de 2013, o Secretário de Estado da Cultura, José Barreto Xavier anunciou que o Museu da Música iria ser transferido de Lisboa para o Palácio Nacional de Maфра.

2- Perder um equipamento cultural e um acervo desta qualidade, é lastimoso para toda a Cidade de Lisboa, nomeadamente para a Freguesia de São Domingos de Benfica. Para a comunidade científica e escolar, para os amantes da música e para o Turismo. Caso não seja possível a sua permanência em São Domingos de Benfica, defendemos a sua permanência em Lisboa.

3- O custo do transporte de todo o espólio do museu, assim como o acondicionamento dos instrumentos, é absolutamente elevado e desnecessário. Falamos de um montante que pode ultrapassar 1 milhão de euros.

4- Sejam instrumentos, partituras ou outros materiais, os mesmos jamais se vão adaptar às condições de clima húmido que a arquitectura do Palácio de Maфра não pode impedir. Causará degradação dos instrumentos musicais, únicos no mundo. Já vários historiadores alertaram para este facto.

Recordamos que o Convento de Mafra esteve entre os monumentos mais ameaçados da Europa (<https://www.dinheirovivo.pt/buzz/mafra-e-vilar-de-perdizes-entre-os-monumentos-mais-ameacados-da-europa/>).

5- As famílias que doaram os instrumentos ao Museu o espólio familiar a Lisboa – Esta Obra é reconhecida internacionalmente. Mostra bem a importância da família Lambertini, na história da música em Portugal. Esta Família doou o espólio a Lisboa, não a Mafra.

6- O Palácio da Foz mas em especial o Palácio de Mafra, também sobejamente conhecido pela incapacidade revelada ao longo dos anos na conservação do seu edifício bem como dos seus Carrilhões, finalmente entrou em obras.

É importante dissociar as obras supracitadas com a criação de estruturas que garantam a preservação do espólio que vão receber no seu espaço.

Sentimos que está a ser criada uma ilusão! Comparativamente ao Museu dos Coches, foram construídas de raiz novas instalações com um sistema de controlo de temperatura (climatização) que assegura a preservação do acervo. Foi um investimento de milhões de euros. Não é comparável ao que se passará com o Museu da Música.

7- Apesar de tudo, os instrumentos já se adaptaram ao atual Museu da Música, até a trepidação causada pelo Metro já não é tão danosa como se pensava.

8- Será muito pior e nocivo o transporte e a nova adaptação a um edifício sem condições de preservação.

9- Sabemos que esta tomada de decisão não acarreta responsabilidades para ninguém em caso de detioração dos materiais.

A nossa posição é muito clara nessa matéria. Devem de ser imputadas responsabilidades políticas e jurídicas a todos os agentes envolvidos.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

*Aprovada por
maioria*



Moção - 2

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2017

“25 de Novembro”

Assinalaram-se, no passado dia 25 de Novembro, os 42 anos sobre uma data que consolidou o Portugal democrático no qual vivemos actualmente.

No período pós-25 de Abril, Portugal viveu, sobre o olhar atento das grandes potências mundiais, um período de tensão política e social, inclusive com rumores de guerra civil. O 25 de Novembro de 1975 foi portanto absolutamente determinante na maturação de um sistema verdadeiramente democrático e pluralista, ainda que desenvolvido durante um período conturbado, do qual todos beneficiamos hoje e o qual constituiu um exemplo para as novas democracias europeias no período pós-Guerra Fria. Henry Kissinger, historiador e diplomata Americano, saúda, por isso, o governante Mário Soares por não ter repetido, nesse período, o curso da História observada noutros locais (como na Rússia), preferindo antes lograr os ideais democráticos e liberais.

Consequentemente, relembrar o 25 de Novembro é celebrar o triunfo do pluralismo e dos valores democráticos, dos quais todos bebemos enquanto espaço de afirmação de todas as opiniões e de não exclusão de qualquer força ou movimento partidário da vida democrática, incluindo na presente Assembleia.

Karl Popper, um dos mais ilustres filósofos políticos contemporâneos, uma vez afirmou que o maior inimigo da democracia são os intolerantes. Portugal entendeu isso, no seu tempo de maior conflito e instabilidade, e os frutos que hoje colhemos não são os de guerra, mas sim os do pluralismo garantido pelo Estado de Direito, muito graças ao 25 de Novembro de 1975.

ASSIM, o CDS-PP, grupo político com assento nesta Assembleia de Freguesia, reunida a 13 de Dezembro de 2017 vem, propor que a Assembleia de Freguesia de Campolide aprove um voto de saudação pelos 42 anos do 25 de Novembro de 1975.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

fejeitda

Moção "Por um serviço público de transporte do Metropolitano de Lisboa com qualidade"

Considerando que a actual situação de degradação do serviço público de transporte prestado pelo Metro, sendo consequência directa da política implementada pelo anterior Governo, exige da Administração do Metro e Governo, respostas urgentes e enérgicas que têm faltado;

- Aumentando o número de trabalhadores, para tripular os comboios, para guarnecer as estações e fazer a venda assistida, para fazer as manutenções necessárias nos comboios, nas estações, na infraestrutura e no sistema de bilhética;
- Garantindo as verbas necessárias para repor os stocks de material para a manutenção dos comboios, da via e do sistema de bilhética;

Considerando que a actual degradação da prestação do serviço público de transporte, resulta particularmente:

- Da imobilização para manutenção e reparação de 31 das suas 111 unidades triplas;
- Das avarias constantes dos comboios, escadas mecânicas, elevadores e canais de acesso;
- Dos tempos de espera impróprios de um transporte que se quer rápido e eficaz;
- Das interrupções de circulação e atrasos constantes;
- Da ausência de trabalhadores da Empresa, para apoiar os seus utentes.

Considerando que os Lisboa precisam e merecem um sistema público de transporte com qualidade.

Considerando ainda que a Câmara Municipal de Lisboa não pode continuar a assistir passivamente à degradação do Metropolitano de Lisboa.

A Eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Benfica, propõe que esta Assembleia de Freguesia reunida em 18 de Dezembro de 2017 , delibere:

Exigir do Governo e da Administração do Metro:

1. Que se concretize, com urgência, a prometida mas sempre adiada entrada de trabalhadores para repor o quadro de pessoal da empresa e que o Governo indique com rigor qual a data em que entrarão para os quadros de pessoal da Empresa esses novos trabalhadores, sem os quais é impossível fazer a adequada manutenção dos comboios e da infraestrutura bem como guarnecer todas as estações do Metro durante todo o seu período de exploração.
2. Que se assumam medidas que promovam o transporte público, melhorando a oferta do serviço, reduzindo os preços dos títulos de transporte em montante a estudar, implementando os parques de estacionamento dissuasores gratuitos, na periferia da cidade, perto das estações de Metro.

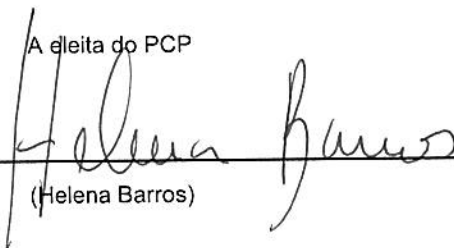
3. Que a Empresa divulgue, a partir do seu sítio na Internet, a informação rigorosa do calendário com que se compromete a proceder à recuperação de todos os seus comboios, mantendo essa informação atualizada semanalmente, para acompanhamento público do grau de cumprimento desse calendário.

Exigir da Câmara Municipal de Lisboa que assuma o seu papel de representação e defesa dos seus munícipes, reivindicando do Governo e da Administração do Metro as medidas urgentes que reponham a normalidade e segurança do serviço de transporte prestado pelo Metro.

Remeter a presente moção para:

- Todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
- Primeiro-Ministro;
- Ministro do Ambiente
- CGTP-IN;
- UGT;

A eleita do PCP


(Helena Barros)

Aprovada por maioria

**EM DEFESA INTEGRAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTA
APOLÓNIA, PATRIMÓNIO PÚBLICO DA CIDADE DE LISBOA E DO PAÍS
QUE DEVE ESTAR AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES**

Considerando que:

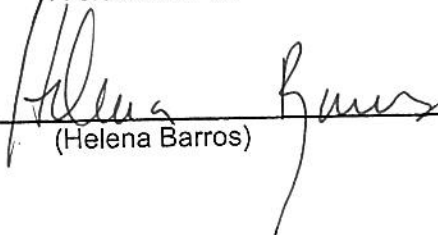
- A Estação Ferroviária de Santa Apolónia é, segundo os dados mais recentes, a 3ª estação com maior fluxo no país, sendo um edifício público com transportes de qualidade, servindo trabalhadores, estudantes, turistas, de onde chegam e partem diariamente cerca de 150 circulações entre Alfa, Intercidades, Inter-regional, regionais e urbanos e de onde partem os comboios Sud Express e Lusitânia para Paris e Madrid;
- Até ao início de 2016 o fluxo médio mensal de passageiros nesta estação era de cerca de 250 mil, atingindo uma média anual de 3 milhões de passageiros;
- A Estação Ferroviária de Santa Apolónia situa-se numa zona nobre da cidade de Lisboa, perto de todos os centros de transbordo de barcos, metro e autocarros;
- A Estação Ferroviária de Santa Apolónia foi objecto de um investimento de 300 milhões de euros, para 2 158 metros de extensão de linha do Metro, que se estima seja utilizada por 20 milhões de passageiros, que poupa 2,7 milhões de horas em deslocações e mais de 3 mil toneladas de CO₂, segundo dados da própria Câmara Municipal de Lisboa;
- A IP/Infraestruturas de Portugal tornou pública a sua intenção de entregar uma parte da Estação de Santa Apolónia em concessão, por 35 anos, para a instalação de um hotel com 120 quartos, num anúncio que fez publicar poucos dias depois das eleições autárquicas do passado dia 1 de Outubro, seguramente para evitar constrangimentos eleitorais a quem autorizou esta iniciativa da IP/Infraestruturas de Portugal;
- A IP/Infraestruturas de Portugal tem vindo a esvaziar a Estação de Santa Apolónia, com a transferência de centenas de trabalhadores ferroviários para outros locais, como por exemplo o Pragal, com evidentes prejuízos para a resposta operacional das suas instalações em Santa Apolónia;
- Em Lisboa sobram hotéis, mas é conflagradora a falta de resposta dos serviços públicos de transportes, nomeadamente no sector ferroviário, prejudicando as populações e os próprios turistas;
- A decisão anunciada pela IP/Infraestruturas de Portugal provocou a deslocalização e a desarticulação dos serviços ferroviários com o único objectivo de esvaziar essas instalações em função da sua futura venda/concessão/aluguer;
- A decisão anunciada criará ainda maiores dificuldades à reversão da fusão da REFER com a Estradas de Portugal, pondo em causa a criação de condições para se travar o processo de degradação da rede viária e da rede ferroviária;

- A decisão anunciada representa mais um passo para o futuro encerramento da Estação Ferroviária de Santa Apolónia, projecto antigo de vastos sectores da especulação imobiliária, prejudicando mais uma vez os utentes e as populações, em favor do negócio imobiliário e da "monocultura" do turismo.

Assim, a eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Benfica propõe que esta Assembleia de Freguesia, reunida em 18 de Dezembro de 2017, delibere:

1. Exigir ao Governo informação desta iniciativa da IP/Infraestruturas de Portugal e sobre a sua posição acerca do que foi anunciado por esse organismo público;
2. Tomar junto do Governo uma posição de defesa de mais este importante património da cidade de Lisboa, com todas as suas valências de transporte que actualmente tem capacidade para oferecer e que expresse claramente essa sua vontade e determinação;
3. Exigir que a Câmara Municipal de Lisboa defenda a manutenção integral da Estação Ferroviária de Santa Apolónia, se necessário, não aprovando o licenciamento da unidade hoteleira em causa;
4. Remeter a presente moção para:
 - Todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
 - Primeiro-Ministro;
 - Ministro do Ambiente
 - Ministro do Planeamento e Infraestruturas;
 - CGTP-IN;
 - UGT;
 - FECTTRANS – Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações

A eleita do PCP


(Helena Barros)

fejeitada

"Lomba na Rua das Laranjeiras"



Embalados pela descida vindos da Rua Azevedo Neves, muitos condutores perdem a noção de circulação em segurança.

Perspectiva, com simulação de lombas que obrigaria os condutores a reduzirem a velocidade caso circulem vindos da Rua Azevedo Neves.



Perspectiva descendo a Rua Azevedo Neves em direção da Rua das Laranjeiras gerado pelas acessibilidades de circulação viária.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que a passadeira supracitada seja alterada a sua localização descendo dois metros no sentido do interior da Rua das Laranjeiras, alvo de uma rápida intervenção de pintura, finalmente criada uma lomba que impeça os condutores dos veículos de circularem com velocidade excessiva nesta via de circulação.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

Rejeitada.

Recomendação – 2

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Ordinária de 18 de Dezembro 2017

“Rua Roberto Duarte Silva vs Passadeira”



A Rua Roberto Duarte Silva é uma perpendicular entre a Estrada da Luz e a Rua Virgílio Correia.

Como podemos constatar pelas imagens a passadeira precisa de uma intervenção urgente, a cor encontra-se quase sumida do alcatrão.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que a passadeira supracitada seja alvo de uma rápida intervenção para que a passagem dos pedestres a integridade física não seja colocada em causa e ao mesmo tempo os condutores dos veículos sejam obrigados a reduzir a velocidade.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

fejeitada



Recomendação — 3

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica
Sessão Ordinária de 18 de Dezembro 2017

“Estimular a população a participar nas A.F”

Desde que as Assembleias de Freguesia passaram a realizar-se nas instalações da Quinta da Alfarrobeira, constatamos que a sala onde se realiza o acto é de dimensões inferiores comparativamente às antigas instalações na Rua Raul Carapinha.

Estamos seguros que todos os membros que compõem a assembleia almejam que as mesmas fossem naturalmente mais participadas pela população.

É nossa convicção de que de nada adianta a dimensão de uma sala se não forem criados estímulos para os fregueses participarem neste verdadeiro acto democrático.

Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que promova com maior antecipação a realização das Assembleias de Freguesia, incentive à participação das mesmas através do facebook, site e da revista de São Domingos de Benfica.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

Aprovada por maioria

Recomendação — 4

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão Ordinária de 18 de Dezembro 2017

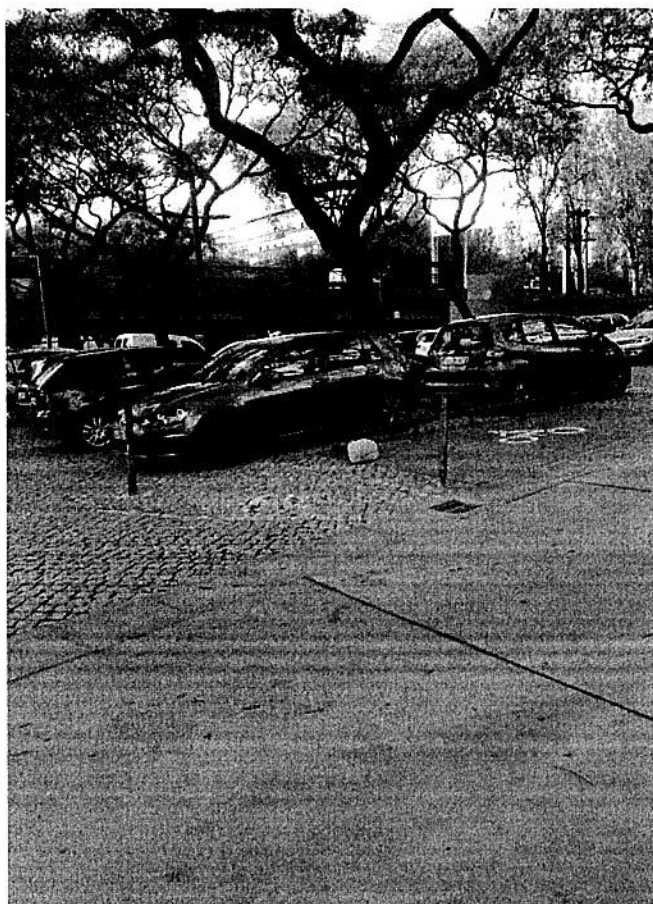
"Parque de estacionamento Fonte Nova vs Pilarete"



Localizado na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, encontra-se um pilarete caído no chão.

Como podemos constatar pelas imagens o pilarete supracitado encontra-se neste estado à largas semanas.





Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que reponha o pilarete no local devido, evitando o estacionamento de veículo motores na curva da alameda Manuel Ricardo Espírito Santo.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

Aprovada por maioria

Recomendação — 5

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão Ordinária de 18 de Dezembro 2017

“Parque de estacionamento Fonte Nova vs Sinal Vertical”



Localizado na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, encontra-se um sinal vertical de sentido obrigatório caído no chão.

Como podemos constatar pelas imagens o sinal supracitado encontra-se neste estado à largas semanas.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que comunique à CML a situação e seja recolocado o sinal evitando situações potenciadoras de acidentes.

Caso tenham comunicado esta situação à executivo da CML, agradecemos que apresentem o documento nesta assembleia.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

fejeitada

Recomendação – 6

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão ordinária, 18 de Dezembro 2017

“Espelho Convexo para Trânsito”

Bairro do Calhau – Rua de São Domingos de Benfica

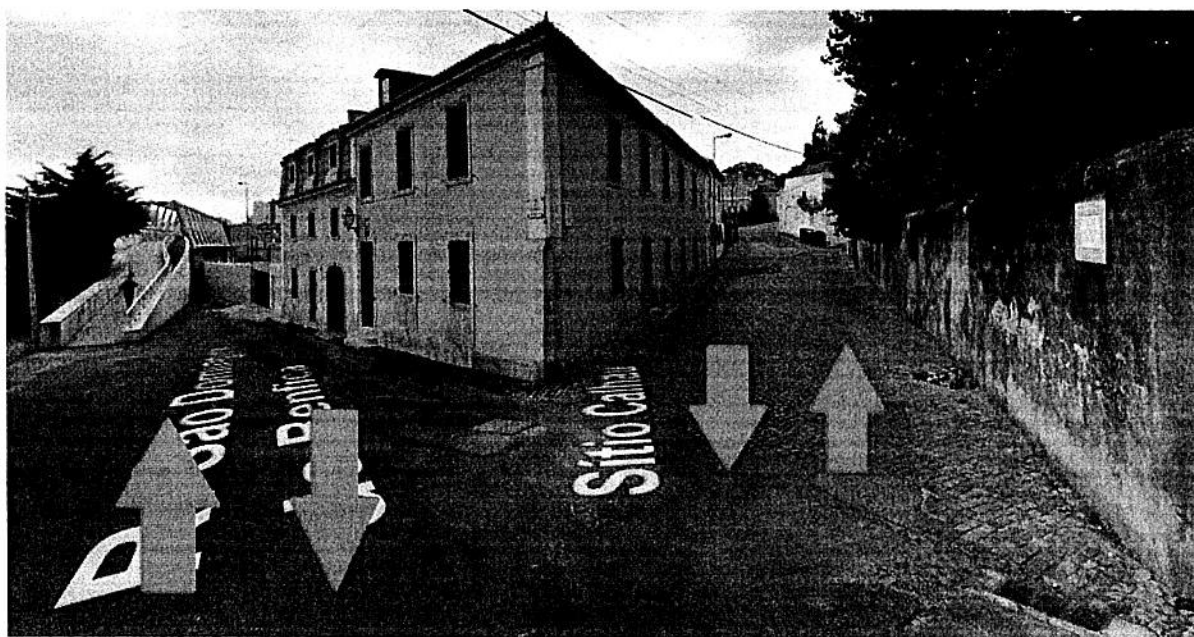


Na saída ou entrada da Rua António Macedo no Sítio do Calhau nomeadamente na intersecção com a Rua São Domingos de Benfica, está localizado um “Espelho Convexo para Trânsito” que se encontra partido, impedindo a boa visualização e consequente manobra dos condutores em segurança.

Ainda que a extensão da Rua de São Domingos até à ponte que liga o Bairro do Calhau à restante freguesia tenha uma extensão reduzida, existem várias habitações com acesso às garagens. A circulação automóvel neste local é frequente.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que o executivo da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica deve remeter à Câmara Municipal de Lisboa um parecer onde saliente a importância da substituição do sinal com o intuito da visibilidade não estar comprometida.



Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

Aprovada por maioria



Recomendação — 7

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão ordinária, 18 de Dezembro 2017

“Exposição das crianças nas ferramentas de comunicação”

Apesar dos partidos políticos tirarem vantagens com a exposição das crianças nos eventos realizados pelos executivos, o CDS-PP de São Domingos de Benfica não se revê nesta conduta independentemente da cor política de quem esteja nos centros de decisão.

Lamentamos que sejam os pais das crianças a expor a sua indignação nas redes sociais demonstrando desagrado por verem os seus filhos expostos sem que para isso tenham dado autorização do actual executivo da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.

Estamos convictos que não terá havido premeditação por parte do executivo, No entanto parece-nos oportuno apresentar esta “Recomendação” para que se inicie a boa pratica das boas condutas de utilização de imagens em termos de comunicação.



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfca, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que a cara das crianças não seja exposta, sem autorização prévia dos pais.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfca

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

Aprovada por maioria

Recomendação — 8

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2017

“Caixa deteriorada”



O Armário que se encontra na Rua General José Celestino da Silva, ao lado do estabelecimento “Congelados de Qualidade”, encontra-se deteriorado colocando em perigo a integridade física, principalmente das crianças, animais mas também adultos. Como é visível nas imagens a ferrugem já provocou enormes buracos na estrutura tornando o acesso ao seu interior facilitado.

O CDS-PP apresentou uma reclamação junto da entidade “Anacon”, manifestando desagrado pelo estado de conservação do mobiliário.

A entidade supracitada alega que sai fora do âmbito das suas competências pela limitação de atuação a que estão sujeitos.

Anexamos a esta “Recomendação” a resposta da empresa “Anacon”:

ANACOM: Resposta à sua comunicação (ROI00000000000016030)

info@anacom.pt

✉ To me

17 Oct



Portuguese

English

Translate message

Exmo. Senhor,

Obrigada por nos contactar.

Recebemos, no dia 29/07/2017, a comunicação que nos dirigiu através do livro de reclamações eletrónico (www.livro.reclamacoes.pt/index).

Lamentando a demora na nossa reação, cumpre-nos informar que a ANACOM verifica em todas as reclamações que recebe se as regras aplicáveis ao sector das comunicações estão a ser cumpridas. Quando são identificados indícios de irregularidades, procedemos à sua investigação, podendo aplicar sanções aos prestadores infratores.

A nossa atuação está limitada às competências que nos estão atribuídas por lei, entre as quais não se insere a situação que descreve na sua reclamação.

Tendo em consideração que está em causa a instalação de infraestruturas de suporte à prestação de serviços de comunicações na via pública, recomendamos que dirija a sua reclamação à Câmara Municipal da localidade em questão.

Poderá também recorrer aos Juizados de Paz, em alternativa aos tribunais judiciais, caso entenda que os seus direitos estão a ser lesados.

Não queremos deixar de agradecer a sua comunicação. A informação que nos é transmitida pelos utilizadores ajuda-nos a detetar e a corrigir comportamentos irregulares no mercado, bem como a identificar situações em que podemos vir a reforçar a proteção dos utilizadores. Os resultados da nossa atuação são divulgados ao público no Portal do Consumidor da ANACOM.

No Portal do Consumidor da ANACOM - em www.anacom-consumidor.com - encontra informação útil sobre os serviços de comunicações.

Se necessário, contacte-nos através do número gratuito 800 206 666.

Com os melhores cumprimentos,

Maria Corte-Real

Chefe da Divisão de Apoio aos Consumidores e Atendimento ao Público

Para o ambiente, inclua o conteúdo desta mensagem apenas se for absolutamente necessário.

Este email e ficheiros em anexo são confidenciais e destinam-se somente ao conhecimento e utilização das pessoas ou entidades a quem foram endereçadas. Se recebeu este email ou ficheiro por erro, ou a este teve acesso sem ser o destinatário, por favor elimine-o imediatamente e não o repasse.

Please consider the environment before printing this mail note.

This email and files transmitted with it are confidential and intended for the sole use of the individual or organization to whom they are addressed. If you have received this email in error, please notify the sender immediately and delete it without using, copying, forwarding or disclosing its contents to any other party.

Autoridade Nacional de Comunicações (<http://www.anacom.pt>)



Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em sessão ordinária a 18 de Dezembro de 2017, propõem que o executivo reporte a posição da "Anacon" à CML, com a devida urgência, prevenindo assim qualquer tipo de acidente.

Perante a posição da empresa supracitada caberá à CML mover as diligências necessárias tendo em vista a proteção da população.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2017

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica

Nuno Brito, Luís Neto, Alexandra Joia

fejeitada

Exigir a manutenção dos Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central

Considerando que:

- Foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2017, de 28 de Novembro de 2017 que aprova os procedimentos necessários para a celebração de uma Parceria Público-Privada (PPP) para o projecto, a construção, o financiamento, a conservação, a manutenção e a exploração do Hospital de Lisboa Oriental;
- Do preâmbulo e do ponto 5 da resolução depreende-se explicitamente o encerramento de 6 Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central, (São José, Capuchos, Santa Marta, Estefânia, Maternidade Alfredo da Costa e Curry Cabral), dos quais 3 estão situados na Colina de Santana, informação que só agora é cabalmente clarificada;
- Hospitais que ao contrário do que é afirmado não estão "obsoletos" e cumprem com a prestação dos serviços de saúde essenciais à população da Cidade de Lisboa, sendo Hospitais de Referência (abrangendo, portanto, todo o território nacional ao nível das patologias complexas);

Mais,

- O funcionamento destes hospitais é assegurado por 7100 funcionários, nos quais se encontram 12 centros de excelência médico-cirúrgica, 44 blocos operatórios, mais de 1200 camas de internamento, com 820.000 consultas que se espera virem a ultrapassar 1 Milhão num curto espaço de tempo, além de constituírem centros de referência altamente diferenciados, de prestarem cuidados de saúde especializada abrangendo uma população muito mais vasta que a da sua respectiva área geográfica e de serem importantes centros de formação médica pós-graduada.
- Estes seis hospitais, que constituem o Centro Hospitalar Lisboa Central, receberam a Acreditação e a Certificação ISO 9001:2008 em 16 de Março de 2016, outorgada pela mais prestigiada entidade acreditadora do Reino Unido - Caspe Healthcare Knowledge Systems - CHKS
- Comparando a capacidade dos 6 hospitais existentes com o "novo hospital", vai existir uma diminuição do número de camas de 1257 para 825, de 40% dos blocos operatórios, do número de gabinetes de consulta médica sensivelmente na mesma percentagem, e uma redução de funcionários em cerca de dois mil, reduções estas que não se podem desligar da prática actual de sistemática transferência da prestação de cuidados de saúde do serviço público para as unidades privadas de saúde;
- A localização destes Hospitais é central na cidade permitindo o acesso aos serviços de saúde à população, em especial a mais idosa, ao invés da nova localização num dos extremos da cidade;
- Se o modelo adoptado a -parceria público-privada- vai contra o interesse público pela entrega do que hoje é público ao privado, o encerramento dos hospitais da Centro Hospitalar de Lisboa Central, três deles situados na Colina de Santana, e a consequente entrega dos edifícios históricos à especulação imobiliária, é inaceitável;

- Muito menos pode ser aceite que o Governo decida matéria desta importância sem antes consultar a população.

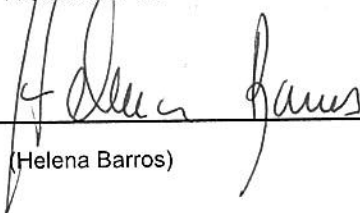
Assim, a eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Benfica propõe que esta Assembleia de Freguesia reunida em sessão ordinária em 18 de Dezembro de 2017, delibere:

- Manifestar discordância com o encerramento dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central e exigir que a Câmara Municipal de Lisboa promova todas as diligências possíveis junto dos Órgãos de Soberania, nomeadamente do Presidente da República, da Assembleia da República e do Governo para reverter o processo de encerramento dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central formalmente iniciado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2017, de 28 de Novembro de 2017, que urge revogar.

Remeter a presente moção para:

- Todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
- Primeiro-Ministro;
- Ministro da Saúde;
- CGTP-IN;
- UGT;
- Plataforma Lisboa em Defesa do Serviço Nacional de Saúde.

A eleita do PCP



(Helena Barros)

Rejeitada



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

RECOMENDAÇÃO — 10

Recomenda à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica a submissão de informação sobre postos de trabalho com vínculos precários

Considerando que:

- (i) A promoção do emprego e o combate à precariedade laboral são pedra de toque da maioria parlamentar que suporta o governo, e o Estado deve dar o exemplo aos restantes agentes económicos;
- (ii) No âmbito desta estratégia se iniciou um Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, para os trabalhadores e trabalhadoras que desempenhem necessidades permanentes nos serviços, que tenham subordinação hierárquica, de disciplina ou direcção, e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico;
- (iii) O Poder Local tem também de dar o exemplo relativamente ao combate à precariedade;
- (iv) As Bases para a convergência na Câmara Municipal de Lisboa, entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, enunciam a eliminação da precariedade na autarquia, recenseando as trabalhadoras e trabalhadores precários do município, e das entidades do sector empresarial local, até ao final de 2017, e a regularização de todas as situações até ao primeiro trimestre de 2018;
- (v) No cumprimento do disposto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) procedeu ao levantamento, junto das autarquias locais, das situações que

correspondam a necessidades permanentes sem o adequado vínculo jurídico, de forma a que as mesmas possam beneficiar dos instrumentos criados no âmbito do PREVPAP;

- (vi) Os resultados desse levantamento da DGAL foram agregados num relatório datado de 24 de novembro;
- (vii) O relatório da DGAL indique que existem 15.758 postos de trabalho com vínculo inadequado no âmbito das autarquias locais, 23,3% correspondendo a contratos a termo, 29,9% a contratos de prestação de serviços e 46,6% contratos emprego-inserção.

A Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 18 de dezembro de 2017, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Que submeta a esta Assembleia a informação sobre os trabalhadores e trabalhadoras precárias da Junta de Freguesia, nomeadamente: o número de trabalhadores, função exercida e tipo de vínculo. Esta informação refere-se também aos CEI e CEI+.

Lisboa, 18 de dezembro de 2017

Pelo/ representante do Bloco de Esquerda,

Aprovada por maioria



Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

27 de Junho de 2019

Declaração de voto

“Ata da sessão extraordinária (18-12-2017)”

O CDS-PP, vota contra o documento em questão, “Ata da sessão extraordinária (18-12-2017)” por esta não descrever a realidade na íntegra dos factos ocorridos.

Lamentamos que este documento nos seja entregue mais de um ano e meio depois contribuindo para gerar confusão, discórdia potenciando a adulteração dos factos.

Desde a realização da Assembleia supracitada passaram 555 dias, 76 semanas, 13,320 horas.

Mais uma demonstração de como esta Assembleia é gerida pelo Social-Democrata Pedro Amaral e Almeida.

Sem mais adjetivos, esta casa tornou-se num avacalho e num deboche.

Lisboa, 27 de Junho de 2019

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica
Nuno Brito, Anabela Lucas, Tiago Nogueira